



1910-2010

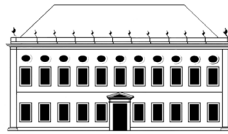
**COMUNICAÇÃO
E EDUCAÇÃO
REPUBLICANAS**

R

Ana Teresa Peixinho
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Email: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

REVISÃO

Maria da Graça Pericão

ISBN

978-989-26-0106-9

Helder Henriques
Escola Superior de Educação de Portalegre

A ESCOLA DISTRITAL DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO/ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR ALBICASTRENSE (1898-1926): RETRATO DE UM PERCURSO

O presente texto tem como objectivo principal apresentar o percurso de uma instituição de formação de professores da cidade de Castelo Branco existente, globalmente, entre 1898 e 1926, cruzando sempre que possível este percurso singular com o ideário educativo republicano.

Para o efeito, utilizamos um conjunto diversificado de estudos e fontes documentais que permitem responder a algumas das nossas interrogações: quando surgiram as primeiras escolas de formação de professores? Que trajectos tomaram? Que importância assumiram os contextos locais no desenvolvimento da formação de professores do ensino primário elementar? Qual o ideário republicano? Que representações surgem na documentação/nos materiais escolares desse ideário? Assim, na tentativa de responder às questões colocadas, utilizamos um conjunto de fontes que se dividem em três níveis: a legislação, a imprensa pedagógica promovida pela instituição e, por fim, o material de arquivo da própria instituição escolar.

Assumimos, do ponto de vista metodológico, um modelo interpretativo/descritivo no interior deste trabalho, orientados por uma perspectiva diacrónica, e promovendo, sempre que possível, a desejável triangulação dos dados recolhidos e a crítica histórica sobre os mesmos.

As principais referências teóricas que teremos em linha de conta são diversas, destacando-se os trabalhos de António Nóvoa, de Joaquim Ferreira Gomes, de Áurea Adão, Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro, Rogério Fernandes, entre outros autores.

Numa primeira parte traçaremos um retrato sumário sobre a formação de professores em Portugal ao longo da centúria de oitocentos e primeiras décadas de novecentos; num segundo momento, retrataremos o processo de instauração da escola albicastrense até à sua extinção; por fim, faremos alusão ao quotidiano académico, em cruzamento com os ideais republicanos promovidos no interior da instituição escolar, nomeadamente a partir de 1910/1911.

A Formação de Professores em Portugal: retrato sumário

A formação de professores, ao longo da segunda metade da centúria de oitocentos, acompanhou as ideias de progresso *vs* decadência que circulavam pelo país e que ajudaram a construir o discurso político republicano. De acordo com Maria Cândida Proença foi “no binómio decadência/regeneração [que] surgiu e se consolidou ao longo do século XIX o pensamento republicano tornando-se esta dicotomia um dos principais vectores da sua cultura política” (2008: 166).

Gradualmente os debates sobre a importância da escola e, em particular, sobre a formação de professores, ganhavam relevância e foram sendo alvo de legislação específica que raramente era aplicada, pelo menos na íntegra. Foi no interior deste balançar entre a importância do debate pedagógico, promovido pelos homens de oitocentos, e a dificuldade em aplicar o legislado, que assistimos a um conjunto de intenções sobre a formação de professores, nomeadamente a constituição de escolas para a formação de professores para o ensino elementar, que percorreram caminhos estreitos e de difícil aplicabilidade.

Apesar dos avanços e recuos em matéria legislativa sobre a educação, não podemos ignorar a importância de duas escolas que inauguraram um caminho formativo de professores do ensino elementar em Portugal. Em 1862 fundou-se a Escola Normal de Marvila, para o sexo masculino, dirigida por Luís Filipe Leite. Esta escola, após um intenso período de actividade académica, caracterizada inicialmente pelo regime de internato, pela dedicação ao ensino da agricultura, numa perspectiva profissional, encerraria as suas portas em 1869, conduzindo à demissão do seu primeiro director e à sua substituição por Teófilo Ferreira. De acordo com António Nóvoa, o professor

que era formado naquela instituição tinha um perfil e uma missão relativamente definida:

(...) le profil du professeur d'instruction primaire tel que voulaient le forger les hommes qui avaient en mains le destin de l'Ecole Normale de Marvila: un bom *professionnel*, ayant la *vocation* pour le magistère primaire, se consacrant entièrement au *sacerdoce* de l'enseignement, capable de contribuer au *développement économique* des régions (surtout rurales) où il sera nommé et de s'insérer harmonieusement dans les communautés locales afin d'agir comme un véritable *agent culturel* (1987: 440).

Em 1866 surgiu a Escola Normal para o sexo feminino, que se instalou numa fase inicial no *Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção*, no Calvário, em Lisboa. Segundo Maria João Mogarro, a primeira directora da Escola foi Rosalina P. Gomes de Sousa “a que sucederia sua filha Maria Honorina Gomes de Sousa, que desempenhou essas funções de 1882 a 1900” (2009: 43). O ensino ministrado nesta escola caracterizava-se pela forte componente religiosa e por actividades normalmente ligadas à educação feminina.

As duas escolas, mais tarde, acabariam por fundir-se, encontrando-se na origem da Escola Normal Primária de Lisboa (1914), transferindo-se, em 1918, para o actual edifício de Benfica.

Joaquim Pintassilgo defende que as Escolas Normais constituíram-se como espaços privilegiados que ajudaram a projectar o professor como um elemento que se movimentava entre os saberes teóricos, que devia possuir para ministrar, e as orientações práticas que devia cumprir (estágios) para ganhar um maior entrosamento de carácter profissional, tendo em vista o “saber-ensinar” (2009: 9).

O último quartel do século XIX foi caracterizado pela expansão do ensino normal em Portugal. Em particular na década de 90 promoveu-se a formação de professores para o ensino elementar, ajudando a consolidar a ideia de que para se ser professor não bastava fazer um qualquer exame de admissão, mas antes realizar um percurso de formação relativamente longo, no interior de uma instituição especializada para o efeito, caminhando deste modo no sentido de uma verdadeira profissionalização dos professores.

Joaquim Ferreira Gomes refere a este propósito que “a década de 90, que se anunciara austera e até maltusiana, está a aparecer-nos com uma face inteiramente diferente. Em menos de cinco anos, vão criar-se algumas centenas de escolas primárias e mais de uma dúzia de escolas distritais de habilitação para o magistério” (1980: 64).

Relativamente às “escolas normais”, em 1896, João Franco cria as escolas de habilitação para o magistério primário de Vila Real, Évora e Bragança instituindo, deste modo, as escolas de habilitação para o magistério primário nas capitais de distrito do país. No ano seguinte, em 1897, foram criadas mais seis escolas distritais de habilitação para o magistério primário, nomeadamente a de Braga e a de Viana do Castelo, que funcionavam normalmente por referência às escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra, embora de uma forma mais simplificada. No mesmo seguimento, mas desta vez pela mão de José Luciano de Castro, criaram-se as escolas de Viseu, Aveiro, Guarda e a de Castelo Branco. Em 1898 criou as escolas de Leiria, de Portalegre e a escola de Ponta Delgada. Em 1899 criou a escola de Angra do Heroísmo. No ano seguinte (1900) Hintze Ribeiro criou as escolas da Horta e a de Beja.

Ao entrarmos na primeira década do século XX encontramos um cenário apertado no que diz respeito à existência de escolas distritais de habilitação para o magistério primário. De acordo com António Nóvoa, verificamos a existência de 6 escolas normais (Lisboa, Porto e Coimbra – duas por sexo) e 17 escolas distritais de habilitação para o magistério primário (uma em cada capital de distrito, excepto em Santarém) (1987: 657).

Em termos gerais estas escolas apresentavam problemas relacionados com os programas das disciplinas, a forma como eram ministrados, os espaços escolares, a falta de colocação dos seus alunos, a reivindicação de equiparação às escolas normais, entre outros problemas. De qualquer dos modos esta malha apertada de escolas distritais de habilitação para o magistério primário demonstra a preocupação de um conjunto de governantes em formar professores, a todo o custo, como alavanca social e económica do País. De certo modo, na primeira década do século XX encontramos já esta ideia de progresso que será aproveitada e reforçada pelo ideal republicano quando se refere à importância da escola.

Efectivamente, foi durante o período republicano que o ensino normal conheceu maior importância, na medida em que estes futuros professores podiam ser os representantes da república na transformação dos seus alunos em “Homens-Novos”, republicanos, cultos e instruídos. A reforma de 1911 procurou edificar uma escola republicana, laica e democrática, formadora de cidadãos, que demorou a gerar os frutos pretendidos.

Apesar das boas intenções dos governos republicanos, a instabilidade não favoreceu, na prática, a implementação de reformas significativas no campo em análise. Continuamos a encontrar as escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra a funcionar, assim como as escolas distritais de habilitação para o magistério. Só em 1919 se promoveram alterações significativas no sistema educativo relacionado com a formação de professores do ensino elementar. Foi neste ano que as escolas distritais de habilitação para o magistério primário foram transformadas em Escolas Primárias Superiores, apostando na revalorização da formação de professores do ensino elementar através de mecanismos diversos.

A reforma de 1919 encontra-se marcada pelos ideais educativos do movimento da educação nova que obteve grande alcance no período entre guerras. Para António Nóvoa a década de 20 do século passado, caracteriza-se pelos “anos loucos da pedagogia” (1994: 209) e pela importância que a sociologia e a psicologia assumiram no contexto educativo da época.

De facto, contrariamente ao que se passou na maioria dos países europeus, a Educação Nova Portuguesa teve expressão sobretudo nas escolas da rede oficial de ensino, e não em instituições ou colégios privados; adquiriu uma dimensão significativa nas instituições de formação de professores, e não apenas em círculos pedagógicos restritos; articulou-se de forma relativamente harmoniosa com o importante movimento associativo dos professores (Nóvoa, 1994: 211).

A educação nova caracteriza-se por um “programa” prático de aprendizagens, pela coeducação dos sexos, pela importância acrescida aos trabalhos manuais, pelo desenvolvimento do espírito crítico e, muito relevante, pelo princípio da autonomia dos alunos.

Nos anos 30 assistimos a uma mudança na concepção educativa. O Estado Novo tinha outra “missão” para os alunos e para os professores do ensino elementar. Fechou

instituições de formação de professores (1936) que reabriu num formato diferente, adaptado aos novos ideais políticos, em 1942 (cf. Mogarro, 2001; Mota, 2006; outros).

376

A Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário Albicastrense: um percurso atribulado

As escolas distritais de habilitação para o magistério primário assumiram uma forte influência regional e local reforçada pelas próprias “comunidades políticas” locais. No final do século XIX assistíamos a um conjunto de entidades camarárias que apoiavam a fundação destas escolas por quererem assumir a linha do progresso e da regeneração que falamos anteriormente e que levaria a construir uma sociedade diferente daquela em que se estava a viver na época. Há, portanto, uma forte ligação entre as comunidades locais e o estabelecimento destas escolas nas diferentes capitais de distrito. Não fugiu à regra o caso da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário de Castelo Branco.

Tendo em vista o disposto nos artigos 42º e 43º da carta de lei de 18 de Março de 1897: hei por bem determinar que na cidade de Castello Branco seja organizada uma escola de habilitação para o magistério primário nos termos do artigo 120º e seguintes da parte II do regulamento de 1896; ficando porém a nomeação do pessoal e a instalação da escola dependentes de se tornar effectivo o concurso da Câmara Municipal d' aquella cidade com o fornecimento da casa e do necessário material escolar (Decreto de 3 de Dezembro de 1897 (D.G. nº 294, de 29 de Dezembro).

Do ponto de vista legal a escola foi criada em 1897 e, tal como referimos anteriormente, embora autorizada por José Luciano de Castro, o início das suas actividades lectivas ficava dependente da vontade política dos órgãos autárquicos, nomeadamente para encontrar uma casa digna para o ensino e comprar o respectivo material escolar. Para resolver este problema a Câmara Municipal de Castelo Branco, pouco tempo depois da permissão ter sido concedida, solicitou autorização “a fim de aplicar receitas do respectivo fundo de viação, ás obras de instalação de uma aula de habilitação para o magistério primário (...)” (*Decreto de 23 de Dezembro de 1897 (D.G. nº 293, de 28 de Dezembro)*).

De facto, os poderes locais movimentaram-se no sentido de encontrar um edifício que servisse para a prática do ensino. Esse primeiro edifício situava-se na Rua Vaz Preto,

embora depressa as condições se deteriorassem face ao número de alunos que procuraram a instituição escolar, obrigando, adiante, à mudança de instalações para outros espaços no interior da cidade, nomeadamente para a Escola do Castelo e, em 1912, para o Paço Episcopal da cidade, local onde também se encontrava o Liceu.

Mesmo assim, a escola iniciou as suas actividades a 17 de Outubro de 1898. O seu primeiro director indigitado foi o Bacharel João Duarte de Carvalho e Sousa, que dava simultaneamente a disciplina de Pedagogia. Além do director, nesta fase inicial, encontramos ainda o professor e Secretário da escola Francisco Xavier Pereira, que teve um papel importante ao longo da vida desta instituição; e encontramos os seus primeiros professores: José da Costa Henriques, António Rodrigues Cardoso, Miquelina da Conceição Amador e, embora por pouco tempo, Miquelina Feliciano D'Abreu Flor.

De acordo com Francisco Goulão, os primeiros anos de vida da instituição não foram fáceis devido, principalmente, às dificuldades financeiras que atravessou e às dificuldades em encontrar um espaço verdadeiramente condigno para a prática do ensino (2003: 35). De facto, estes professores, e outros que entretanto entraram na instituição até 1900, procuravam implementar um ensino activo e para isso necessitavam de condições apropriadas dos espaços escolares.

A metodologia deve ser principalmente prática e o curso deve ter pelo menos 3 anos; a metodologia aprende-se melhor com exercícios práticos do que pela exposição oral. É praticando sob a direcção de professores experimentados que se aprende a ser professor metódico (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, sessão de 08 de Novembro de 1900).

Do ponto de vista pedagógico também existiam algumas dificuldades. Em 1906 propôs-se a fundação de uma Biblioteca na escola, dado que ajudaria os alunos nos estudos. Podemos ler no livro de actas do Conselho Escolar o seguinte sobre a importância da biblioteca:

(...) devia existir nesta escola uma biblioteca que servisse para auxiliar os alumnos nos seus estudos, aos quaes, na maioria, era pecuniariamente impossível a aquisição de muitos livros que lhes é indispensável conhecer. Para isso se propunha, na qualidade de bibliotecário efectivo, fundar uma biblioteca que ficasse propriedade da escola e à qual, para dar começo, oferecia pela sua parte volumes diferentes em número superior a sessenta, os quaes, como todos os mais que lhe forem ofertados constarão do catálogo da livraria

tendo adquirido à custa do expediente da escola apenas o “dicionário popular” e uma estante (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, sessão de 06 de Fevereiro de 1906).

378

Uma estratégia seguida por parte do corpo docente da escola, além de ofertar alguns dos seus livros, foi a de fazer pedidos a eventuais beneméritos escolares no sentido de engrandecer a biblioteca. Nessa mesma reunião do Conselho Escolar propôs-se também “que, por meio de uma circular se fizessem pedidos a diferentes livrarias e pessoas importantes, a fim de aumentar o nº de volumes” (*Idem*).

Esta primeira fase da vida da escola foi efectivamente bastante atribulada, acompanhando, no fundo, a instabilidade que se vivia nos últimos anos da monarquia.

A escola que se encontrava, por altura da implantação da República, na cerca do Castelo, mudou de instalações em 1912 para o Paço Episcopal da cidade de Castelo Branco, local onde já se encontrava o Liceu. Todavia, as condições físicas continuaram a deixar muito que desejar para uma prática do ensino adequada aos propósitos que se pretendiam alcançar. Podemos ler no jornal escolar, pertencente à Escola Distrital de Habilitação do Magistério Primário, o seguinte sobre as condições do novo espaço escolar comparativamente ao que acontecia com os alunos do Liceu através de um testemunho de Manuel d’Almeida Maia Marques de que fazemos questão de colocar grande parte do mesmo, pela lucidez com que o escreveu:

Que contraste! Que verdadeira antítese entre o Liceu e a nossa Escola! Ao passo que uns se orgulham de frequentar um modelar estabelecimento de ensino, onde a higiene e tudo o que cabe a uma casa daquela natureza é respeitado, nós quasi que nos envergonhamos de entrar naquele infame, horrendo e anti-higiénico pardieiro, que serve de Escola Normal. É uma verdadeira vergonha existir uma Escola Normal destas! Ali não há a mais pequena noção do que seja uma casa higiénica (Marques, 1916: 1 e 2).

Ora, se a implantação da república trouxe um discurso novo em relação ao papel da educação na sociedade, a realidade física desta escola não corresponde, por certo, à ideia de formação de professores para, por sua vez, formar cidadãos activos e republicanos. O futuro professor do ensino primário, Manuel d’Almeida Marques, mostra o seu descontentamento com as instalações onde o ensino era ministrado. Porém, o autor do artigo aprofunda a descrição, levando-a mesmo ao pormenor quase *cine-matográfico* e diz:

Quem depois de passar o portão do Liceu, olhar para aquele amplo pateo, todo calcetado, tendo do lado direito uma grande extensão coberta, para abrigo dos seus alunos, quer em dias de calma quer em dias de invernia, dê mais uns passos fica certamente consternado, só com aquela linda entrada da nossa Escola. Uma porta que lembra a de qualquer casa vulgar, seguida de um olival que tem apenas uma facha de terreno onde não há árvores nem coisa nenhuma, constitue isto a principal e única entrada daquele palácio onde se estuda Pedagogia.

Lá ao fundo temos uma cobertura que nem para recolhimento de irracionaes serve e é pois aí que nós estamos albergados em dias de inverno. Quem não viu, imagine um coberto roto de três lados, que tem uma parede na frente da qual estão umas pirâmides estilo 1915, que serve de base a uns toscos paus, sobre os quaes assentam umas ripas com barro e telhas!!! (...) Cal nas paredes não existe e assim tenho dito a aparência exterior do edifício escolar, que é frequentado por 225 alunos de ambos os sexos. (...) Pode aquilo chamar-se Escola Normal? Não, mil vezes não! (Idem)

Condições físicas deploráveis que não ajudavam ao ensino da pedagogia e a formar os futuros professores do ensino primário que por esta altura eram cerca de 225 alunos que frequentavam o interior do espaço escolar descrito acima.

A relação entre os alunos da “Escola Normal” e os alunos do ensino liceal também não eram as melhores. Encontramos testemunhos de rixas e grandes rivalidades entre os alunos do Liceu e da “Escola Normal”, gerando processos disciplinares a alguns elementos.

Esta fase de 1910 a 1918 não foi uma fase favorável ao desenvolvimento da instituição escolar pela falta de condições, de um edifício apropriado ao ensino, pela ineficácia das reformas legislativas da república, pelo contexto bélico europeu (1914-1918), entre outros aspectos que levaram em 1918 a encerrar a Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, depois de ter sido alvo de uma “sindicância”. Nas actas do Conselho Escolar faz-se referência a esta “inspecção” à escola que acabou por encerrá-la durante vários meses e atrasar todos os processos de avaliação dos alunos.

Aberta a sessão, o senhor director [Francisco Xavier Pereira] disse que convidara o Conselho a reunir porque recebeu um ofício da Primeira Repartição da Instrução Primária e Normal comunicando-lhe que estava suspenso do lugar de director por motivo de sindicância a que se estava procedendo e que por esse motivo entregava a direcção escolar ao director de classe mais antigo no serviço da Escola, senhor Alexandre Moreira de Sousa (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, sessão de 22 de Janeiro de 1918).

Esta decisão foi tomada devido a alterações nos livros da secretaria da escola, de acordo com a informação que encontramos nos livros de actas do conselho escolar e que obrigou ao encerramento da escola durante alguns meses, retomando a normalidade apenas em Outubro de 1919, já como Escola Primária Superior ao abrigo da reforma promovida nesse mesmo ano no ensino normal. Lê-se na documentação as razões da “sindicância” e do encerramento da instituição durante alguns meses:

Atendendo às irregularidades que se encontram nos livros de médias dos alunos onde há rasuras e notas escritas a lápis e atendendo ainda aos factos irregulares que se praticavam neste estabelecimento que motivaram uma sindicância, constando ao actual corpo docente que durante o encerramento desta escola alguns professores agora afastados do serviço vieram à Secretaria, onde consultavam e manuseavam os livros e registo das médias e atendendo a que as chaves da secretaria e estantes durante o citado período de encerramento estavam indevidamente confiadas ao continuo; proponho que o Conselho Escolar seja de parecer que devem ficar sem nenhum efeito as notas de aproveitamento respeitantes aos professores afastados, ficando a média final dos respectivos alunos sendo da competência dos seus novos professores (...) (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, sessão de 01 de Julho de 1918*).

As Escolas Distritais de Habilitação Para o Magistério Primário dispunham de dois anos lectivos de transição para que se extinguissem definitivamente e dessem lugar às Escolas Primárias Superiores.

De facto, em Castelo Branco, pareceu existir um novo fôlego inicial com a criação desta “nova” escola, dirigida por Francisco Xavier Pereira. Os docentes da instituição eram, além do director, Adolfo de Lemos Viana, Alexandre Moreira de Sousa, António Duarte Belo, António Trindade, João Guterres de Matos, Manuel de Medeiros Júnior, Maria da Piedade Barroso, Adelaide de Paiva Dias e Ilda Correia Cabral. Os professores Adolfo de Lemos Viana e António Duarte Belo foram eleitos para o Conselho Administrativo da Escola Primária Superior.

Em Outubro de 1919 saiu um novo jornal académico voltado mais para a pedagogia e menos para a política local, como aliás o próprio nome indica - *Echo Pedagógico* (Nov. 1919 - Jan. 1920).

Este periódico escolar tinha como objectivo principal a valorização da educação, do pensamento pedagógico – logo no primeiro número aparecem referências a Pestalozzi – da missão social do professor ao serviço da pátria, surgindo por diversas

vezes referências à educação e emancipação da mulher naquela época, entre outros assuntos.

Porém, muitos dos problemas anteriores decorrentes da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, transitaram para a sua herdeira, a Escola Primária Superior, nomeadamente a questão do espaço escolar para o ensino com verdadeiras condições para a prática pedagógica. Verificamos no livro de actas correspondente que esta foi sempre uma preocupação da direcção da instituição:

(...) Foi aprovada a verba de sete mil escudos para mobiliário, material didáctico, instalações de gabinetes e outras despesas, foi resolvido que se aplicasse a referida verba no que fosse mais urgente, ficando o mesmo senhor director [Francisco Xavier Pereira] encarregado de consultar um técnico sobre as obras de adaptação mais necessárias neste estabelecimento de ensino (...) (Livro das Actas das Sessões do Conselho Escolar – Instrução Primária Superior, nº 1, Sessão do dia 06 de Maio de 1920).

Todavia, o que parecia ser uma nova fase decorrente das alterações legislativas de 1919, das modificações do corpo docente face à Escola Distrital, e do empenho do seu director e corpo docente, o período que se situa entre 1920 e 1926 ficou marcado por um conjunto de questões de natureza disciplinar, embora outros aspectos como a participação em congressos, por parte de docentes, nomeadamente de António Trindade que foi delegado ao Congresso do Professorado Primário das Escolas Primárias, também tenha marcado a vida desta instituição. Na verdade, este foi um período em que o encerramento da Escola Primária Superior pairava sobre os seus alunos e sobre a comunidade em geral acontecendo em 1926. Apesar do encerramento a comunidade local não esqueceu a “Escola Normal” e na década de 30 iniciou-se um novo movimento em Castelo Branco no sentido de reivindicar uma escola de formação de professores para esta cidade, o que veio a acontecer muito mais tarde.

Quotidianos escolares e cultos patrióticos da “Escola Normal”: exemplos

Ao longo do arco temporal em análise verificamos que existiram alguns “ritmos”, “cultos” e experiências pedagógicas que caracterizaram a vida da instituição (Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário/ Escola Primária Superior).

Um dos momentos mais significativos do calendário académico, antes ou depois da instauração da Iª República Portuguesa, era a abertura solene do ano lectivo. Este momento acontecia no mês de Outubro/Novembro, onde o director da Escola fazia uma intervenção oral dedicada aos alunos, aos docentes e funcionários presentes.

Logo em 1898 o director da escola distrital proferiu um discurso onde enaltecia as vantagens da educação, não deixando de parte os “deveres dos professores, pessoal-menor e alumnos, incitando ao estudo e ao cumprimento das respectivas obrigações” (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 17 de Outubro de 1898*).

Esta sessão acontecia repetidamente e em 1901, prenunciando novos ideais políticos, o director já falava na missão social do professor, repetindo, com ligeiras diferenças, o mesmo sentido discursivo até à implementação da República.

A partir de 1910 o discurso modifica-se em certa medida, adaptando-se aos novos ideais educativos republicanos. Três dias depois da instauração da república, mais uma vez na abertura solene das aulas, o director falava na necessidade dos alunos se tornarem bons cidadãos. A escola surge como um factor de regeneração e de transformação dos indivíduos em cidadãos, emergindo a escola primária como “lugar” preferencial para dar início à consolidação do ideal republicano (Pintassilgo, 1996: 80-81).

Em 1913 assistimos a uma outra sessão de abertura de aulas onde podemos ler o seguinte:

(...) Foi este acto uma alocução aos alumnos, incitando-os ao cumprimento dos seus deveres, ao respeito e afecto pelas instituições e lembrando-lhes que serão eles os obreiros do futuro, pois da orientação dada pelo professor primário ao espírito dos seus alumnos, depende o engrandecimento da Pátria (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, Sessão de 02 de Novembro de 1913*).

O espírito patriótico encontrava-se associado ao ideal educativo republicano. Joaquim Pintassilgo entende que “esta associação entre república e pátria, entre educação republicana e educação patriótica é uma constante (...)” de diversos autores e prossegue defendendo que “a necessidade de operar a unidade espiritual e

moral da nação, subsequente a um momento de ruptura política e cultural importante, e de o fazer tendo por base o novo ideal republicano, levava a que se procurasse associá-lo ao, já tradicionalmente arreigado, sentimento patriótico” (1996: 170).

No fundo estamos a falar de uma forma de socialização dos cidadãos, cuja escola primária e os seus professores constituíram um dos principais instrumentos para suportar este novo ideal laicizador, anticlerical e patriótico, na tentativa de formar novos cidadãos republicanos.

Com a afirmação do movimento da educação nova, esta visão altera-se, tentando colocar de lado a componente de natureza política e apostando verdadeiramente na pedagogia centrada no aluno e num ensino activo, como defendiam Álvaro Viana de Lemos ou Faria de Vasconcelos (Pintassilgo, 1996: 183).

Um outro aspecto relevante que identificamos com o ideal republicano tem a ver com as manifestações de apreço a “figuras e momentos heróicos” que encontramos no decurso da História de Portugal, e que são mencionados na imprensa escolar desta instituição. Por exemplo no periódico *Echo Pedagógico* encontramos alguns artigos de alunos, evocativos dos descobrimentos portugueses e, também, alusivos à restauração da independência portuguesa (1640). Podemos ler, a título de exemplo, neste periódico, o que acabamos de referir:

Houve tempo em que a fama portuguesa ecoou toda a Europa. Foi a época dos seus grandes descobrimentos e conquistas, que a nossa história relembra com grande ufanidade. Portugal é grande em honra e domínios, e os seus soldados luctaram nos campos de França com grande glória e satisfação para engrandecer e defender a nossa Pátria, a pátria de Camões (Eco Pedagógico, 27 de Novembro de 1919, nº 2, pp. 1).

Deste pedacinho de terra que constitue o nosso querido Portugal e que tanta custou a emancipar quer da edionda Castela quer do barbarismo árabe, já houve tempo que administrações estrangeiras ávidas de oiro, o quizeram lançar na lama impura, na derrota sem glória que é a – Vassalagem. Sim, esta pátria de heroes que é também a de Nun`Alvares, do Marquez de Pombal e tantos outros, já esteve governada pela cafila castelhana e isto porque meia dúzia de traidores em cujo cérebro não cabia a ideia da independência, a mercadejaram como se ela não fosse alguma coisa de respeitável, alguma coisa de sublime para a nossa alma de patriotas para as nossas grandiosas aspirações (Eco Pedagógico, 04 de Dezembro de 1919, nº 3, pp. 1).

A construção de uma consciência nacional e patriótica encontra-se bem presente nos discursos que acabamos de transcrever. Além destes discursos encontramos também ordens directas provenientes da Direcção Geral de Instrução Primária e Normal, que solicitava que os professores discursassem sobre algumas figuras heróicas de Portugal. Destacamos, pela sua importância, a figura de Luís de Camões.

(...) o sr. Director comunicou que havia recebido do Ex.mo Director Geral de Instrução Primária e Normal uma circular que mandava efectuar em todas as escolas do país no dia nove de Junho próximo a comemoração do cantor dos Lusíadas com palestras, conferências, recitativos de versos do grande épico, etc, dando-se a esta festa máxima importância possível. O sr. Director convidou para fazer uma palestra sobre Camões a professora de Português, D. Maria da Piedade Barroso, que aceitou o convite. Assentou-se em que além de poesias do maior dos poetas portugueses, fossem recitadas pelos alunos poesias de Francês e de Inglês e se entoassem alguns cânticos patrióticos, sendo expostos no final da sessão os trabalhos executados pelos alunos durante o ano lectivo (Livro das Actas das Sessões do Conselho Escolar – Instrução Primária Superior, nº 1, Sessão do dia 23 de Maio de 1924).

Esta figura surge como um verdadeiro representante mítico da pátria e da alma de um povo e portanto devia ser reconhecido como uma figura ilustre que poderia considerar-se, segundo João Medina, “o santo laico dos republicanos portugueses” (1985: 54), constituindo a sua obra-prima – *Os Lusíadas* – o livro que melhor representaria o ideal patriótico português.

Realçamos ainda que esta expressão de natureza patriótica, com uma feição histórica, também se verificou de outros modos. Por exemplo, encontramos referência a uma visita de estudo em 1914 onde os alunos iam visitar a cidade de Tomar “muito especialmente o notável Convento de Cristo” (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 14 de Abril de 1914*).

Um outro exemplo, particularmente interessante, tem a ver com o facto das alunas da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, através da professora de Liores D. Miquelina Augusto da Conceição Amador, e por recomendação superior, no interior do espaço escolar e das aprendizagens, serem capazes de unir a República, o sentimento de patriotismo e a Educação, através da confecção de vários artigos de vestuário de flanela e abafos de malha de lã para oferta aos soldados portugueses. Este trabalho foi iniciado no princípio do ano lectivo (Outubro de 1914) e ocupou os alunos até Fevereiro de 1915 (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 04 de Março de 1915*).

Estes são apenas exemplos do quotidiano estudantil no interior da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário, transformada depois em Escola Primária Superior, de Castelo Branco, entre outros que poderíamos elencar, mas que tornariam o nosso texto demasiado pesado e repetitivo.

Concluindo...

É necessário retirar do silêncio da história, estas instituições de formação de professores para podermos, adequadamente, reflectir sobre a nossa condição profissional e o modo como se foi construindo a profissão de professor do ensino elementar no *devir histórico*.

O estudo das instituições ou organizações escolares é uma área que se tem desenvolvido de forma acentuada nas últimas décadas, convocando, entre outros, os olhares sociológico, político e histórico. Comum a essas abordagens é a centralidade assumida pela organização escolar, vista não apenas como lugar de reprodução de uma cultura e de regras que lhe são exteriores mas, também, na sua autonomia sempre relativa, como um lugar de criação cultural (Pintassilgo, 2009: 11).

As Escolas de Habilitação Para o Magistério Primário surgiram na última década do século XIX, num contexto de instabilidade em seu redor, que acabaria por caracterizar definitivamente todo o seu percurso de vida. Apesar da instabilidade política vivida entre o final de oitocentos e os anos 20 do século seguinte, conseguimos vislumbrar alguns indícios caracterizadores da instituição escolar e do seu funcionamento quotidiano.

Em termos gerais poderíamos dizer que o percurso da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário de Castelo Branco dividiu-se em 3 fases: a primeira fase, desde o início do seu funcionamento até 1910, marcada pela instalação da escola e pela falta de recursos para a prática do ensino; a segunda fase de 1910 até 1919 onde, segundo António Nóvoa se assistiu “a uma espécie de republicanização das “antigas” escolas normais e de habilitação para o magistério primário” (Nóvoa, 1994: 191 e 192), a que não fugiu o exemplo albicastrense, embora não sendo efectuada nenhuma alteração na estrutura anterior; e uma terceira fase, em que se alterou o nome e extinguiu a Escola Distrital passando a denominar-se Escola Primária Superior, que

começou formalmente em 1919 (embora prevista desde 1911) e terminou, definitivamente, em 1926.

386

Embora encontremos o princípio da formação de professores em instituições devidamente preparadas para o efeito na segunda metade do século XIX e a expansão do ensino normal se situe na década de 90 da mesma centúria, foi a República que assumiu como “prioridade das prioridades” o ensino normal. Foi também no interior da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco, embora nascida no regime monárquico que, entre 1910 e 1919, encontramos um conjunto de elementos discursivos que acompanharam o ideal educativo republicano apesar das dificuldades descritas anteriormente.

Muito mais há a dizer e a reflectir sobre estas organizações escolares. É preciso saber quem eram os seus alunos? Qual era a sua proveniência social e geográfica? O que fizeram para melhorar o seu estatuto socioprofissional? Produziram cultural e cientificamente? etc... mas isso fica para outra oportunidade e outros estudos que estão neste momento a ser desenvolvidos.

Bibliografia

- Adão, Áurea (1984), *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Fernandes, Rogério (1993), *Uma Experiência de Formação de Adultos na 1ª República – a Universidade Livre para a Educação Popular 1911-1917*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1980), *Estudos Para a História da Educação no Século XX*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Goulão, Francisco (2003), *Instrução Popular na Beira Baixa*, Coimbra: Alma Azul.
- Marques, Manuel D'Almeida, “A Nossa Escola”. *O Albicastrense – Semanário: Órgão dos Alunos da Escola Normal e Defensor dos Interesses da Instrução*, Ano I, Castelo Branco, 26 de Novembro de 1916, pp. 1e 2.
- Medina, João (Dir.) (1985), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa: Amigos do Livro.
- Mogarro, Maria João (2001), *A formação de professores no Portugal Contemporâneo. A Escola do Magistério Primário de Portalegre* (2 Vols.), (Tese de Doutoramento), Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Mogarro, Maria João; Zaia, Iomar Barbosa, “Do Palácio ao Calvário – Escolas de Formação de Professores em Portugal no Século XIX” in PINTASSILGO, Joaquim e SERRAZINA, Lurdes (Org.) (2009), *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – Arquivo, História e Memória*, Lisboa: Edições Colibri/ Centro de Investigação em Educação da Universidade de Lisboa/ Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Mota, Luis (2006), *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942 – 1989). Entre a ideologia, memória e história*, (3 Vols.) (Tese de Doutoramento), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Nóvoa, António (1987), *Les Temps des Professeurs – Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX Siècle)*, Vol.1, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- (1990), “Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?” in STOER, Stephen R., *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa – Uma abordagem Pluridisciplinar*, Porto: edições Afrontamento.
- (1993), *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (Séculos XIX – XX)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Versão em CD de 2005).
- (1994), *História da Educação*, Relatório da disciplina de História da Educação, apresentado no âmbito das provas para a obtenção da agregação, 2º grupo Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- (Org.) (1995), *Profissão Professor*, 2ª ed., Porto: Porto Editora.
- Pintassilgo, Joaquim (1996), *A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1ª República Portuguesa (1910-1926)*, 2 Vols., Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Educacion da Universidad de Salamanca.
- (1998), *República e Formação de Cidadãos - A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, Joaquim; Serrazina, Lurdes (Org.) (2009), *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – Arquivo, História e Memória*, Lisboa: Edições Colibri/ Centro de Investigação em Educação da Universidade de Lisboa/ Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Proença, Maria Cândida (2008), “A Republicanização da Educação e da Escola” in Cunha, Norberto Ferreira da (Org.), *Pedagogia e Educação em Portugal – Séculos XX e XXI*, Actas dos Encontros de Outono (2005), Vila Nova de Famalicão: 7 dias 6 noites/Museu Bernardino Machado.



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011



I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U